

ISSN 1808-3161

14

Revista do Ministério Público de Alagoas

Janeiro / junho . 2005

14

Revista do Ministério Público de Alagoas

Coleção

Direitos & Deveres

Revista do Ministério Público de Alagoas

CONSELHO EDITORIAL **ALEXANDRA BEURLIN**
Promotora de Justiça
GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR
Promotor de Justiça
HUMBERTO PIMENTEL COSTA
Promotor de Justiça
KARLA PADILHA REBELO MARQUES
Promotora de Justiça

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça
Luciano Chagas da Silva
Procurador-Geral de Justiça Substituto
José Carlos Malta Marques
Corregedor-Geral do Ministério Público
Wladimir Bessa da Cruz
Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional
Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional

Capa João Luiz Maia
Fotos Siloé Amorim
Projeto Editorial Antonio Carlos Marques da Silva

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de
Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de Ciências
Jurídicas - CJUR.- N. 14 (JAN./JUN. 2005)-.-
Maceió : MPEAL : UFAL/CJUR
1999-
n.

Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

ISSN 1808-3161
CDU: 34(051)

Colégio de Procuradores de Justiça

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto
Fábio Rocha Cabral de Vasconcelos
Eduardo Barros Malheiros
Luciano Chagas da Silva
Luiz Barbosa Carnaúba
Carlos Alberto Torres
Francisco José Sarmento de Azevedo
Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Walber José Valente de Lima
Lean Antônio Ferreira de Araújo
José Carlos Malta Marques
Antiógenes Marques de Lira
Arnoldo Petrúcio Chagas
Dilmar Lopes Camerino
Dennis Lima Calheiros
Vicente Felix Correia

Sumário

	Apresentação	09
PARTE I	Doutrina	11
	O MÍNIMO EXISTENCIAL AMBIENTAL E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO TRIBUTÁRIO Álvaro Augusto Santos Caldas Gouveia	13
	CORRUPÇÃO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Humberto Pimentel Costa	35
	INTERESSE PÚBLICO <i>VERSUS</i> INTERESSE PRIVADO: A NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO DO DANO MORAL AMBIENTAL COLETIVO Karla Padilha Rebelo Marques	47
	A FUNÇÃO SOCIAL DA POSSE: A POSSE COMO ELEMENTO CONCRETIZADOR DOS VALORES E OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 Marina Gurgel da Costa	87
	A ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA UNIÃO HOMOSSEXUAL EM UM CASO CONCRETO, ATRAVÉS DE PROVIMENTO JUDICIAL Waldemir Paes de Iria	119
Parte II	Legislação	147
	RESOLUÇÃO Nº 04, DE 30 DE SETEMBRO DE 2002 Recomenda aos Conselhos Penitenciários Estaduais, a adoção das providências contidas em parecer anexo, do Conselho Penitenciário de Alagoas.	149
	LEI Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005 Institui o novo código de organização judiciária do Estado de Alagoas e dá outras providências.	155

	LEI Nº 11.092, DE 12 DE JANEIRO DE 2005 Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, altera Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	229
	LEI Nº 11.106, DE 28 MARÇO DE 2005 Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.	233
	LEI Nº 11.111, DE 5 DE MAIO DE 2005 Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências.	237
	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 46, DE 5 DE MAIO DE 2005 Altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal.	239
PARTE III	Prática Forense	241
	RAZÕES DE RECURSO (APELAÇÃO) Martha Bueno Marques de Pinto	243
	ALEGAÇÕES FINAIS Marcus Aurélio Gomes Mousinho	247
	PARECER EM AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO Max Martins de Oliveira e Silva	253
	AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA C/C MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO E PEDIDO LIMINAR Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary	263
	PARECER EM HABEAS CORPUS Coaracy José Oliveira da Fonseca	305

Apresentação

É com imenso prazer que apresentamos ao mundo jurídico o 14º Volume da **Revista do Ministério Público de Alagoas**. Com uma nova roupagem, mais consentânea com os alvissareiros tempos por que passa o Ministério Público Estadual, pretendemos tornar essa **Revista**, já absolutamente consolidada no cenário das letras jurídicas em Alagoas, adaptada a uma realidade contemporânea, que está a exigir um compromisso cada vez mais intenso do *Parquet* com as causas que envolvem os cidadãos em situação de hipossuficiência em nosso país.

Nossa intenção foi, igualmente, tornar essa **Revista** mais atraente e agradável à leitura, e, para tanto, contamos com a extraordinária dedicação de profissionais, de dentro e fora da instituição, que não mediram esforços para que se pudesse atingir resultado tão satisfatório, como facilmente se poderá constatar, desde a concepção da capa, até a própria diagramação do texto e seus conteúdos.

Pontualmente distribuída a todos os membros do Ministério Público Alagoano e à comunidade jurídica em geral, sem falar na remessa às bibliotecas especializadas de todo o país, essa **Revista**, de cara nova, marca, de modo indelével, as transformações positivas operadas dentro da instituição ministerial alagoana e, mais ainda, reflete a aceitação positiva do Órgão do *Parquet* por parte da sociedade civil organizada.

Este 14º Volume da **Revista** vem recheado de artigos doutrinários do mais alto gabarito, elaborados por juristas efetivamente empenhados na construção de novas perspectivas de leitura do direito posto, de molde a permitir um efetivo crescimento do nível científico dos profissionais da área do direito e, assim, a estimular o debate e a construção do saber.

Peças processuais concebidas com esmero por “pratas da casa” também se fazem presentes nesta nova edição da **Revista**, o que só engrandece a instituição ministerial e nos torna convictos de que estamos no caminho certo, nessa labuta diária em busca de uma atuação cada vez mais efetiva do Ministério Público junto ao povo alagoano, a partir de um maior aprimoramento e aperfeiçoamento profissionais.

Ainda visando a manter atualizados os operadores do direito e, mais especialmente, os membros do Ministério Público alagoano, considerando-se a velocidade exigida pelos tempos hodiernos, apresenta este mais novo exemplar alguns textos legislativos que, decerto, constituem-se em ferramentas indispensáveis ao exercício profissional na área jurídica.

Agradecendo desde logo a colaboração de todos e de cada um na consecução dessa nova fase da **Revista do Ministério Público de Alagoas**, esperamos contar com a participação cada vez mais intensa dos membros do *Parquet*, nessa publicação periódica e em tantas outras metas institucionais que já se vêem postas em prática, buscando com isso resultados mais eficazes e efetivos, a partir da atuação de um Ministério Público jovem – engajado em um projeto maior de construção da cidadania.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça